



APMP SE REÚNE COM O RELATOR DA LDO PARA DEBATER CONGELAMENTO DO ORÇAMENTO DO MP

A associação Paraibana do Ministério Público (APMP) se reuniu nessa terça-feira (6) com o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o deputado estadual Edmilson Soares (PEN) e sua assessoria técnica para debater o congelamento do orçamento do Ministério Público da Paraíba para 2018. Algo que já vem ocorrendo desde 2016.

Durante a ocasião, foi entregue uma Nota Técnica ao parlamentar sobre o tema, mostrando a preocupação da diretoria da APMP com o congelamento, mais uma vez, do orçamento do Ministério Público no PLDP.

Segundo a nota, isto pode impedir o cum-

primento das metas e prioridades do Órgão, violando, assim, a independência e harmonia entre os poderes: “Fato que está inviabilizando sua atividade precípua, com prejuízo irreparável à sociedade paraibana, a exemplo da impossibilidade de nomeação de servidores concursados, por falta de recursos orçamentários e financeiros”.

Depois de receber a nota das mãos do presidente Bergson Formiga, o deputado ficou de agendar ainda nesta semana, uma reunião com o secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Orçamento, Waldson Dias de Souza, para discutir a matéria.

APMP PARTICIPA DE REUNIÃO DO MPPB EM CAMPINA GRANDE QUE DEFINE MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA O LAR DO GAROTO



Medidas emergenciais de segurança, com a utilização e orientação dos serviços de inteligência das Polícias Militar e Civil, visando a garantia de vidas e a volta da normalidade no Centro Socioeducativo Lar do Garoto Padre Otávio Santos, em Lagoa Seca, foram definidas no final da tarde da quarta-feira (7), durante reunião promovida pelo procurador-geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba (MPPB), Bertrand de Araújo Asfora, com representantes do governo do estado, do Poder Judiciário e promotores de Justiça e que teve também a participação do presidente da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), Bergson Formiga.

Na reunião, realizada na sede do MPPB em Campina Grande, outras três medidas, a médio prazo, também foram definidas: a indicação de promotores de Justiça para acompanhar as investigações do inquérito aberto pela Polícia Civil para apurar as mortes ocorridas no Lar do Garoto (na madrugada do último sábado, dia 3, durante rebelião, sete adolescentes, entre 15 e 17 anos, foram mortos); um esforço concentrado junto com o Poder Judiciário visando o levantamento da situação judicial de cada adolescente; e o início das atividades da Comissão Especial criada pelo MPPB, definindo a programação dos trabalhos a serem desenvolvidos por ela junto a outros órgãos, para uma radiografia geral do sistema socioeducativo no estado.

“Foram fatos graves e que merecem uma profunda apuração por parte do Ministério Público, junta-

mente com o Poder Judiciário e o governo do estado”, destacou o procurador-geral de Justiça, Bertrand Asfora, ressaltando: “Os nossos promotores tomaram todas as medidas cabíveis desde 2014, tanto no ambiente administrativo quanto judicial, não só em relação a Campina Grande, mas em João Pessoa também”.

Para Bertrand Asfora, a união de esforços das instituições em resolver o problema e na apuração das mortes ocorrida, inclusive identificando os culpados, é de extrema importância. “Acredito muito na atuação conjunta de todos os órgãos para resolver os nossos problemas. A atribuição de apuração é do Ministério Público estadual, principalmente dos fatos ocorridos no Lar do Garoto, verificando os homicídios lá ocorridos”. Além do procurador-geral de Justiça, participaram da reunião pelo MPPB os promotores de Justiça Ranieri da Silva Dantas (da Criança e do Adolescente de Campina Grande), Catarina Campos Batista Gaudêncio (da Criança e do Adolescente de João Pessoa), Soraya Soares da Nóbrega Escorel (coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça – Caop – da Criança e do Adolescente e da Educação), Rodrigo Silva Pires de Sá.

A reunião em Campina Grande contou com as presenças do procurador-geral do Estado, Gilberto Carneiro; dos juízes Max Nunes, Hugo Zaher e Algayr Rodrigues; do secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social, Cláudio Lima; da representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, Patrícia Alvarenga; do presidente da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (Fundac), Noaldo Meireles; do delegado regional da Polícia Civil, Francisco Iasley Lopes; do superintendente regional da Polícia Civil, Luciano Soares; do comandante do Policiamento Regional I, coronel-PM Almeida Martins; e do comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Lamack.